



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público***

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 31 de março de 2021

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa	5
2. Demonstração do Desempenho Orçamental	6
3. Notas Explicativas	7
Nota 1: Contexto Operacional	7
Nota 2: Políticas Contabilísticas	7
Nota 3: Abrangência	8
Nota 4: Data da Autorização	8
Nota 5: Das Receitas e Despesas	8
Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa	9
Nota 7: Impostos	9
Nota 8: Contribuições para Segurança social	9
Nota 9: Transferências Correntes	10
Nota 10: Outras Receitas do Estado	10
Nota 11: Outros Recebimentos (Terceiros)	11
Nota 12: Pessoal e Encargos	11
Nota 13: Aquisição de bens e serviços	12
Nota 14: Juros e outros encargos	12
Nota 15: Subsídios	12
Nota 16: Transferências Correntes	13
Nota 17: Benefícios Sociais	13
Nota 18: Outras Despesas do Estado	14
Nota 19: Outros Pagamentos (Terceiros)	15
Nota 20: Venda de ativos não financeiros	15
Nota 21: Empréstimos concedidos – amortização	15
Nota 22: Compra de Ativos não Financeiros	15
Nota 23: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição	16
Nota 24: Empréstimos Concedidos Mercado Interno	16
Nota 25: Empréstimos Obtidos	17
Nota 26: Amortização de Empréstimo Interno	17
Nota 27: Amortização de Empréstimo Externo	18
Nota 28: Amortização de Empréstimo Leasing	18
Nota 29: Saldo Inicial e Final de Caixa	18

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Conta 1º Trimestre de 2021			
Mapa do IPSAS - Demonstrativo de Fluxo de Caixa			
	2020	2021	Referência
Fluxos Operacionais			
Recebimentos	12 586 494 990	9 400 992 208	
Impostos	9 918 554 335	7 172 398 142	7
Segurança Social	7 873 372	12 448 778	8
Transferências Correntes	282 986 990	164 300 488	9
Outras Receitas do Estado	1 701 647 330	1 143 407 914	10
Outros recebimentos (terceiros)	675 432 963	908 436 886	11
Pagamentos	12 541 641 982	12 441 786 204	
Despesas com pessoal	5 097 718 429	5 192 558 953	12
Aquisição de bens e serviços	1 475 747 252	1 466 463 081	13
Juros e outros encargos	1 252 979 507	974 546 522	14
Subsídios	91 308 253	104 747 601	15
Transferências	1 441 326 656	1 352 116 234	16
Benefícios Sociais	1 830 332 074	2 195 314 595	17
Outras Despesas do Estado	383 471 390	336 326 876	18
Outros pagamentos (terceiros)	968 758 421	819 712 342	19
Fluxo Líquido Operacional	44 853 008	-3 040 793 996	
Fluxos de Investimentos			
Recebimentos	64 203 679	336 487 367	
Venda activos não financeiros	45 377 430	325 088 602	20
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	18 826 249	11 398 765	21
Pagamentos	654 094 074	980 421 241	
Compra de activos não financeiros	528 137 135	455 471 246	22
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	121 956 939	210 432 548	23
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	4 000 000	314 517 447	24
Fluxo Líquido Investimento	-589 890 395	-643 933 874	
Fluxos de Financiamento			
Recebimentos	3 973 213 109	10 282 175 434	
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	2 989 340 249	8 735 100 275	25
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	983 872 860	1 547 075 159	26
Pagamentos	2 949 257 814	2 617 082 600	
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	1 583 311 163	1 614 477 701	27
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	1 331 260 349	964 860 616	28
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	34 686 302	37 744 283	29
Fluxo Líquido Financiamento	1 023 955 294	7 665 092 834	
Fluxo Líquido Total	478 917 908	3 980 364 964	
Saldo Inicial de Caixa	3 656 100 000	3 656 100 000	30
Saldo Final de Caixa	3 656 100 000	2 367 512 606	30

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Conta 1º Trimestre de 2021					
Mapa do IPSAS - Demonstrativo Desempenho Orçamental					
	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Realizadas	% Inicial	% Atual
Receitas operacionais					
Impostos	39 765 413 606	39 765 413 606	7 172 398 142	18,0%	18,0%
Segurança Social	71 343 545	71 343 545	12 448 778	17,4%	17,4%
Transferências	4 050 143 724	4 619 349 275	164 300 488	4,1%	3,6%
Outras receitas	14 151 134 112	14 151 134 112	1 143 407 914	8,1%	8,1%
Soma das Receitas operacionais	58 038 034 987	58 607 240 538	8 492 555 322	14,6%	14,5%
Receitas (vendas) dos Ativos e Passivos					
Ativos Fixos	538 190 512	538 190 512	325 079 102	60,4%	60,4%
Recursos naturais	1 294 798 147	1 294 798 147	9 500	0,0%	0,0%
Soma Venda de Ativos e Passivos	1 832 988 659	1 832 988 659	325 088 602	17,7%	17,7%
Total das Receitas	59 871 023 646	60 440 229 197	8 817 643 924	14,7%	14,6%
Despesas Operacionais					
Despesas com pessoal	24 230 012 387	24 366 280 161	5 192 558 953	21,4%	21,3%
Aquisição de bens e serviços	11 372 349 901	12 050 712 784	1 466 463 081	12,9%	12,2%
Juros e outros encargos	5 462 707 342	5 462 707 342	974 546 522	17,8%	17,8%
Subsídios	628 543 956	1 034 220 038	104 747 601	16,7%	10,1%
Transferências	7 388 896 270	7 351 888 515	1 352 116 234	18,3%	18,4%
Benefícios Sociais	8 070 816 689	8 142 506 626	2 195 314 595	27,2%	27,0%
Outras Despesas	3 851 071 058	3 673 516 947	336 326 876	8,7%	9,2%
Soma das Despesas operacionais	61 004 397 603	62 081 832 414	11 622 073 862	19,1%	18,7%
Compra de Ativos e Passivos					
Ativos Não Financeiros	16 891 629 071	17 374 707 490	455 471 246	2,7%	2,6%
Ativos Financeiros	1 130 271 573	1 534 817 696	513 551 230	45,4%	33,5%
Soma Compra de Ativos e Passivos	15 761 357 498	15 839 889 794	-58 079 984	-0,4%	-0,4%
Total das Despesas	76 765 755 101	77 921 722 208	11 563 993 878	15,1%	0,0%
Saldo Global	-16 894 731 455	-17 481 493 011	-2 746 349 954	16,3%	0,0%
Passivos financeiros - novo financiamento					
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	13 638 864 415	13 638 864 415	8 735 100 275	64%	64%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	17 440 355 807	18 027 117 365	1 547 075 159	9%	9%
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento					
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	6 415 235 768	6 415 235 768	964 860 616	15%	15%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	7 584 253 001	7 584 253 001	1 614 477 701	21%	21%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	185 000 000	185 000 000	37 744 283	20%	20%
Financiamento Líquido	16 894 731 453	17 481 493 011	7 665 092 834	0	0
Saldo Total	0	0	4 918 742 880	0	0

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 31 de março de 2021**

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e contabilidade pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei nº 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo – SIGOF – e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do I trimestre de 2021 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por duas Agência Reguladoras, perfazendo um total de 74 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 7/2021, de 18 de janeiro de 2021.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 20 (incluindo as estruturas que compõem a Chefia do Governo)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 44
- Entidade Reguladora - 2

Nota 4: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 15 de maio de 2021 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Nota 5: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (registadas na conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2020, aprovado a 18 de janeiro de 2021.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo, na sua maioria, efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2021, aprovado a 18 de janeiro de 2021.

Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas a Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 7: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
DGCI	3 222	0	3 222	5 429
DGA	3 950	0	3 950	4 489
Total de Impostos	7 172	0	7 172	9 919

Observa-se que, no primeiro trimestre de 2021, houve um decréscimo de receita de impostos na ordem de -27,7%, quando comparado aos dados do trimestre homólogo. Este decréscimo, deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente ao nível do Turismo e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações por parte dos contribuintes.

Nota 8: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	12	0	12	8
Outras contribuições	0	0	0	0
Total de Contribuições	12	0	12	8

Em março de 2021, as receitas advenientes da segurança social apresentaram um acréscimo de 4,6 milhões de CVE, em face ao período homólogo de 2020. A sub-rubrica contribuições para a caixa de aposentações e pensões respondem por 99,2% do total da arrecadação das contribuições, que são formadas ainda pelo somatório das contribuições para segurança social da taxa social única e outras contribuições.

Nota 9: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Governos Estrangeiros	62	0	62	169
Organismos Internacionais	6	0	6	3
Administrações Públicas	18	80	97	112
Total de Transferências	85	80	164	283

O agrupamento económico das transferências apresentou um decréscimo na ordem dos -41,9%, comparativamente ao período homólogo, sendo a rubrica governos estrangeiros representante dos 37,5% e as receitas das administrações públicas 59,1% do total de arrecadação desta receita. Concerne aos organismos internacionais o peso remanescente de 3,4% do total.

Nota 10: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Rendimentos de propriedade	25	140	165	149
Venda de bens e serviços	427	468	896	1 402
Multas e outras penalidades	33	1	34	75
Outras transferências	0	9	9	3
Outras receitas diversas e não especificadas	32	7	40	73
Total de Outras Receitas	518	626	1 143	1 702

No primeiro trimestre de 2021, a rubrica outras receitas registou uma diminuição de 32,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo o impacto da COVID-19, através da performance das sub-rubricas que compõem os principais elementos desse agregado de receitas:

- i. venda de bens e serviços, que diminuiram 36,1%, devido, essencialmente, a variação negativa das vendas de bens correntes e das taxas de prestação de serviços;
- ii. as receitas com multas e outras penalidades e juros de mora que diminuiram 32,9 milhões de CVE e 7,5 milhões de CVE, respetivamente;
- iii. registou-se um decréscimo na rubrica outras receitas diversas e não especificadas em - 45,3%;

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

- iv. em contrapartida, verificou-se uma variação positiva nas rubricas rendimento de propriedade e outras transferências correntes.

Nota 11: Outros Recebimentos (Terceiros)

No agrupamento “outros recebimentos” enquadra-se os recebimentos por conta de terceiros e que são depositados no Tesouro, nomeadamente, cauções e contas de entidades externas ao Governo abertas no banco Tesouro.

Até março de 2021, registou-se um total de recebimentos (terceiros) de 908,4 milhões de CVE, enquanto que no mesmo período em 2020 o valor recebido foi de 675,4 milhões de CVE.

Nota 12: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2019
Pessoal e encargos				
Remunerações certas e permanentes	3 508	1 413	4 921	4 801
Encargos com a segurança social	159	112	272	297
Total Pessoal e encargos	3 667	1 526	5 193	5 098

No primeiro trimestre de 2021, as despesas com pessoal e encargos representaram 43,0% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 5.192,6 milhões de CVE, sendo que as Remunerações certas e permanentes respondem a 94,8% do total desta rubrica e os Encargos com a segurança social 5,2%. Estão incluídos nesse grupo a remuneração do pessoal ativo e subsídios.

Compreende ainda, as obrigações laborais de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

A Administração direta corresponde a 70,6% do total de despesas desta rubrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 29,4%. Comparando o ano de 2021 com o ano de 2020, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos aumentaram 1,8% (+94,8 milhões de CVE).

Nota 13: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Aquisição de bens	278	247	525	491
Aquisição de serviços	686	255	942	985
Total aquisição de Bens e serviços	964	502	1 466	1 476

A rubrica aquisição de bens e serviços, quando comparado com mesmo período do ano de 2020, apresentou um desagravamento de 0,7%, correspondendo a um peso de 12,1% do total das despesas da Administração central, situando-se em 1.466,5 milhões de CVE.

Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 35,8% e a aquisição de serviços 64,2% do total de despesas desta rubrica económica.

Nota 14: Juros e outros encargos

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Juros da dívida Externa	230	0	230	477
Juros da dívida Interna	745	0	745	775
Outros Encargos	0	0	0	1
Total de juros e encargos	975	0	975	1 253

Comparando-se o primeiro trimestre de 2021 com o de 2020, verificou-se uma diminuição de 22,2%. Esta performance, deveu-se ao decréscimo nas despesas com os juros da dívida pública externa em -51,8% (-247,6 milhões de CVE) derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países vulneráveis, e pela diminuição dos juros da dívida pública interna em 3,9% (+30,1 milhões de CVE).

Nota 15: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2020	2021	2020
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	27	0	27	79

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	0	78	78	12
Total de subsídios	27	78	105	91

Em marco de 2021, a rubrica subsídios apresentou um aumento de 15,4% quando comparado com o mesmo período do ano transato, em decorrência do sub-rubrica subsídio às empresas privadas não financeiras, que apresentou um aumento de 550,0% (+66,2 milhões de CVE), em face ao período homólogo de 2020. Dado a situação pandémica da Covid-19, O Estado, no âmbito do protocolo assinado com as agências marítimas, assume o compromisso de atribuir um subsídio compensatório sempre que as linhas se comprovarem deficitárias.

Nota 16: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2019
Para Governos Estrangeiros	7	2	8	28
Organismos Internacionais	53	0	53	62
Administrações Públicas	1 280	11	1 291	1 351
Total de Transferências	1 339	13	1 352	1 441

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas, até marco de 2021, foi de 1.352,1 milhões de CVE, representando uma diminuição de 89,0 milhões de CVE relativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as transferências destinadas a fazer face aos compromissos das administrações públicas correspondem a 95,5% do total das transferências, seguido das despesas com os organismos internacionais e para os governos estrangeiros com 3,9% e 0,6%, respetivamente.

Nota 17: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Pensões e Reformas	1 347	440	1 788	1 691
Evacuações de Doentes	12	78	89	86
Outros Benefícios Sociais em Numerário	318	1	318	54
Total de Benefícios Sociais	1 677	519	2 195	1 831

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 2.195,3 milhões de CVE, superando a soma registada no período transato, em 1.831,3 milhões de CVE. Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 81,5% foi canalizado para pensões e reforma. As pensões de aposentação e as pensões do regime não contributivo, cifraram em 1.219,2 milhões de CVE e 482,7 milhões de CVE, respetivamente, representando 68,2% e 23,2% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 190,7% (+266,8 milhões de CVE), impulsionada no âmbito do projetos Covid-19 implementação do rendimento solidário, do projeto de inclusão social, de inserção e formação para empregabilidade, da implementação de rendimento social de inclusão, do Pepap 9ª edição, do reforço das competências nacionais na operacionalização do plano nacional de cuidados, do projeto de apoio integrado à família, da garantia de cuidados de dependentes.

Nota 18: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Seguros	9	7	17	19
Outras Despesas Diversas	63	150	213	216
Partidos Políticos	18	0	18	21
Organizações não governamentais	24	5	29	24
Restituições	0	0	0	11
Indemnizações	38	3	41	86
Outras Despesas	17	2	19	6
Total de Outras Despesas	170	167	336	383

No que se refere a rubrica “Outras despesas do Estado”, estas registaram um desagramento no montante de 47,1 milhões de CVE, quando comparado com o mesmo período em 2020. Esta performance decorreu, devido a diminuição em quase todas as rubricas que compõe este agrupamento económico, justificado, essencialmente, pela diminuição (i) da necessidade de pagamentos de restituições do IVA em -97,7% (-10,4 milhões de CVE); (ii) do pagamento das indemnizações em -51,9% (-44,8 milhões de CVE) e (iii) de despesas com partidos políticos em -16,2% (-3,4 milhões de CVE).

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

A rubrica outras despesas do Estado correspondem a 2,8% do total de pagamentos efetuados pela Administração Central no primeiro trimestre de 2021.

Nota 19: Outros Pagamentos (Terceiros)

No agrupamento “outros pagamentos” enquadra-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro por conta de terceiros, utilizado os recursos destes depositados no Banco Tesouro.

Até março de 2021, verificou-se um total de pagamentos de 819,7 milhões de CVE contra 968,8 milhões de CVE do ano de 2020.

Nota 20: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Ativos Fixos	325	0	325	45
Total Venda Ativos Não Financeiros	325	0	325	45

De janeiro a março de 2021, as vendas de ativos não financeiros registaram um acréscimo de 616,4%, devendo-se, essencialmente, do aumento que se verificou nas alienações de imóveis e edifícios comparativamente ao ano transato.

Nota 21: Empréstimos concedidos – amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Empréstimos Concedidos	11	0	11	19
Total de Empréstimos Concedidos	11	0	11	19

Esta rubrica engloba as operações de amortizações efetuadas por terceiros no âmbito de empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de amortização de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às autarquias locais e empresas públicas.

Nota 22: Compra de Ativos não Financeiros

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Ativos fixos	371	56	427	525,5
Recursos naturais	28	1	29	3
Total de Compra Ativos não financeiros	399	56	455	528

A compra dos ativos não financeiros, no primeiro trimestre de 2021, registou um total de 455,5 milhões CVE, o que representa um acréscimo de 10,4% relativamente ao período homólogo. Este estreito aumento resulta da execução de alguns projetos de investimento ligados a educação e desporto, melhoria de qualidade de energia e em infraestruturas.

Nota 23: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
CERMI, E.P.E.	20	0	20	0
NEWCO	85	0	85	122
HONEYWELL INTERNATIONAL	2	0	2	0
TECHPARKCV, S.A	100	0	100	0
OUTROS	3	0	3	0
Total de Ações e Outras Participações	210	0	210	122

O total das ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o primeiro trimestre de 2021 totalizou 210,4 milhões de CVE. As participações são, maioritariamente, investimentos em empresas públicas.

Nota 24: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

O Governo concedeu 314,5 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, durante o primeiro trimestre de 2021, contra 4,0 milhões de CVE no mesmo período homólogo de 2020.

Nota 25: Empréstimos Obtido – Mercado interno

Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Sistema bancário	5 655,5	0	5 655,5	1 937,4
Sistema não bancário	3 069,9	0	3 089,4	1 051,9

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Total de Empréstimo Interno	8 725	0	8 735	2 989
------------------------------------	--------------	----------	--------------	--------------

A conta de empréstimos internos está classificada conforme a origem do credor interno. Em termos de constituição do crédito interno por sector, o sistema bancário e o sistema não bancário detêm 60% e 40% do total do crédito interno, respetivamente.

Nota 26: Empréstimos Obtidos

Empréstimos Obtidos	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Multilateral	1 465,6	0	1 465,6	897,9
BAD	306,2	0	306,2	
BADEA	1,9	0	1,9	18,5
BM/IDA	1 128,5	0	1 128,5	879,4
FIDA	29,1	0	29,1	
OUTROS	0,0	0	0,0	
Bilateral	81,4	0	81,4	85,9
Austria	44,8	0	44,8	
FUNDO KUWAIT	24,0	0	24,0	62,6
JICA	12,7	0	0,0	23,3
OUTROS	0,0	0	0,0	
Total de Empréstimos Obtidos	1 547,1	0	1 547,1	983,9

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral e bilateral. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 94,7% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 1.128,5 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, transporte, turismo e educação.

Nota 27: Amortização de Empréstimo Interno

Amortização de Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Amortização de Empréstimo Interno	1 614,5	0	1 614,5	1 583,3
Total de Amortização de Empréstimo Interno	1 614,5	0	1 614,5	1 583,3

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Em março de 2021, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 1.614,5 milhões de CVE, apresentando um aumento de 2,0% (31,2 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato.

Nota 28: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Amortização de Empréstimo Externo	964,9	0	964,9	1 331,3
Total de Amortização de Empréstimo Externo	964,9	0	964,9	1 331,3

Comparando-se o primeiro trimestre de 2021 com o de 2020, verificou-se uma diminuição no total de amortização do empréstimo externo em 366,4 milhões de CVE (-27,5%), cifrando-se em 964,9 milhões de CVE.

Nota 29: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Amortização de Empréstimo Leasing	37,7	0	37,7	34,7
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	37,7	0	37,7	34,7

Relativamente a amortização de empréstimos leasing (decorrente da política de aquisição de viaturas do Estado), estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 8,6% (+3,0 milhões de CVE).

Nota 30: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 3.656,1 milhões de CVE tendo encerrado com 2.367,5 milhões de CVE em 31 de março de 2021.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado nos demonstrativos financeiros diz respeito somente ao saldo da conta única do Tesouro do orçamento do Estado e cuja informação é estimada através das estatísticas do BCV. De observar que as estatísticas relativamente a 2020 ainda estão em processo do apuramento por parte daquela instituição. O saldo definitivo será reportado aquando da apresentação da Conta Geral do Estado para 2020.